

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025

PROTOCOLO N.º 24.0.000002778-9

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MAIOR DESCONTO**, sob n.º 90021/2025, tendo por objeto a formação de **REGISTRO DE PREÇOS** para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, REFERENTES À SONDAGEM À PERCUSSÃO (SPT), ENSAIO DE PERCOLAÇÃO E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

LOCAL DA SESSÃO	https://www.gov.br/compras/ UASG: 929443 – Pregão Eletrônico n.º 90021/2025
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Início: A partir da disponibilização do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP Fim: Horário de abertura da sessão
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	04/07/2025, às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.2. O(A) Pregoeiro(a) deste certame é o(a) servidor(a) Tiago Hernandez Tonin, designado(a) pela Portaria DPG n.º 90, de 11 de junho de 2025.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão é a formação de registro de preços para a eventual contratação de empresa prestadora de serviços de engenharia, referentes à sondagem à percussão (SPT), ensaio de percolação e levantamento topográfico, em terrenos indicados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) em todo o estado, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$ 535.336,55 (quinhentos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, n.º 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

e trinta e cinco mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

3.2. Considerando o disposto no art. 39 da Resolução DPG nº 375/2023, a indicação dos recursos orçamentários referentes ao pagamento do objeto desta licitação ocorrerá antes da formalização do termo de contrato ou do instrumento equivalente.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licitacoes@defensoria.pr.def.br, com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.1.1. A participação nos Grupos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10 será EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP).

6.1.2. Os Grupos 1 e 8 serão de PARTICIPAÇÃO GERAL.

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6.2.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

6.3. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

(EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, não sendo permitido ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

7.1.1. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.2.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total do item;

b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;

c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação

7.8. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

7.11.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ou sociedade cooperativa.

7.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. O lance deverá ser ofertado levando em consideração o VALOR TOTAL DO GRUPO (VIDE AVISO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA).

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.5. O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 1% (um por cento), em relação ao valor total do grupo.

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.7. O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.

9.7.1. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

9.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

11.1. A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo II.

11.1.1. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

11.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacoes@defensoria.pr.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

11.1.4. Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais que estão fixados neste edital, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta inicial.

11.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) Documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontre-se vencida;

b) Caso se trate de aquisição de bens, documentos (catálogos/fôlderes) que comprovem que a marca e o modelo do produto ofertado cumprem as especificações do Termo de Referência (Anexo I);

c) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

11.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);
- e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e
- f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>) e (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

11.3.1. Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1, poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

11.5. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

- a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.6. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o maior desconto, observado o disposto no item 9.2.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.5. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Termo de Referência, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;
- g) que contiver vício insanável;
- h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica;**
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;**
- c) qualificação econômico-financeira;**
- d) qualificação técnica.**

13.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- a) cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;
- d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

- a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;
- b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis na data da abertura da licitação, assinados por Contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS –DISPONIBILIDADE INTERNA –IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que, a memória de cálculo deverá ser apresentada com duas casas decimais, desprezando-se as demais;
- b.1) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;
- b.2) Todos os demonstrativos devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento do livro diário, apresentados em cópia autenticada ou acompanhados dos originais para possibilitar a sua autenticação e registrados na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, com assinatura do contabilista responsável

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade com CRC ativo e também a assinatura do titular da empresa.

b.2.1) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital poderão apresentar: balanço patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais exigíveis, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED) e recibos de entrega de livro digital na Receita Federal.

c) A comprovação de boa situação financeira da empresa, a que se refere a alínea "b", será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG), maiores ou iguais a 1,0 (> ou = 1,0), resultante da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} \end{aligned}$$

c.1) As licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices, quando da habilitação, deverão comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, na forma do § 4º do Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Os índices previstos nos itens "c" e "c.1" serão computadas com base nas demonstrações contábeis do último exercício social.

d.1) A ocorrência de algum equívoco na elaboração dos cálculos dos itens "c" e "c.1", tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a devida correção, não será motivo de inabilitação.

13.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

13.5.1. A **qualificação técnico-operacional** será demonstrada por meio de:

13.5.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

13.5.1.2. Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do estado do Paraná, será aceito o registro do CREA do Estado de origem, ficando a Licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do estado do Paraná antes da assinatura do contrato, considerando que o registro no CAU é válido para o Brasil.

13.5.1.3. Atestado(s) expedido(s) por pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, de que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto desta contratação, conforme quantitativos indicados no Termo de Referência, admitida a apresentação de atestados individualizados e a somatória de atestados diversos.

13.5.2. A **qualificação técnico-profissional** será demonstrada por meio de:

13.5.2.1. Declaração de responsabilidade técnica, conforme Termo de Referência, referente ao compromisso de participação de pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declare que participará, permanentemente, a serviço da empresa do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização da DPE/PR.

13.5.2.2. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitida(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, para a comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, indicados como responsável(is) técnico(s), detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitida(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme quantitativos indicados do Termo de Referência, admitida a apresentação de atestados individualizados e a somatória de atestados diversos.

13.5.3. Documentação que comprove o vínculo entre o profissional e o serviço a ser prestado, por meio de Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Certidão do CAU, Contrato Social da empresa, Contrato de prestação de serviços, Contrato de Trabalho, ou termo, através do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pelo serviço a ser prestado, a ser apresentada somente quando da celebração da Ata de Registro de Preços.

13.5.4. Após a celebração da Ata de Registro de Preços, somente será admitida a substituição legal de qualquer profissional indicado em situações excepcionais, desde que o motivo seja justificado, comprovado e plausível, e o novo profissional indicado seja submetido aos mesmos critérios de avaliação estipulados e demonstre ter qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído.

13.6. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema www.gov.br/compras, nos termos deste edital.

13.6.1. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua junta.

13.7. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.gov.br/compras para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Após a declaração do vencedor, as demais classificadas poderão se manifestar, através de mensagem no sistema ou de e-mail para licitacoes@defensoria.pr.def.br, no prazo de 24 horas, sobre o eventual interesse em figurar no cadastro de reserva, com preços iguais aos da licitante vencedora.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

14.5.1. Havendo interesse em participação no cadastro de reserva, o Pregoeiro deverá realizar nova classificação das propostas, respeitada a sequência de classificação anterior.

14.5.2. A licitante que não aceitar participar do cadastro de reserva perderá sua posição na classificação dos lances para as que aceitarem, sendo reinserida na ordem de classificação de acordo com o valor de sua proposta final.

14.5.3. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

14.5.4. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da habilitação, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia.

14.6. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.6.1. A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais etc.

14.6.2. A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

15. DA AMOSTRA

15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.1.1. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.1.2. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licitacoes@defensoria.pr.def.br.

16.1.3. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.gov.br/compras.

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP), eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

17.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.1

17.1.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.1.

17.2. A Ata registrará os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame.

17.3. Os registros far-se-ão da seguinte forma:

a) Na ARP os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

b) No anexo da ARP, o cadastro de reserva com os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação.

17.3.1. Se houver mais de uma licitante na situação do item 17.3, “b”, serão registradas segundo a ordem de classificação observada na fase competitiva.

17.4. No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

17.4.1. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

17.5. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.5.1. A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

17.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

17.7. Não será permitida a adesão à ata de registro de preços mantida pela DPE-PR.

17.8. As condições para a alteração de preços registrados, inclusive atualização periódica, e as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços estão previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo III).

17.9. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços implicará na renovação do quantitativo inicialmente registrado.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, será firmado Termo de Contrato.

18.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para a assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

18.2.1. O prazo de convocação de que trata o item 18.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.2.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 18.2.

18.2.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 18.2.

18.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

18.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando injustificadamente recusar-se ao aceite, observar-se-á o procedimento previsto no item 17.4, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais cominações legais.

19. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

19.1. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

19.2. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

20. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

20.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

21. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

22.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

22.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

22.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

22.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

22.7. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

22.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

22.9. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

22.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.12. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

22.13. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Curitiba, data da assinatura digital.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço para Contratação de empresa prestadora de serviços de engenharia, referentes à sondagem à percussão (SPT), ensaio de percolação e levantamento topográfico, em terrenos indicados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) em todo o estado.

1.2. A Defensoria Pública, após o período inicial de sua implantação no estado do Paraná, baseada em locação de imóveis e cessão de espaços, visa implantar unidades próprias. Dessa maneira, a necessidade de análise dos potenciais terrenos para construção de suas unidades é atividade preliminar e fundamental para se aferir a viabilidade construtiva dos terrenos em que se planejam unidades próprias, de forma a orientar a aceitação dos eventuais terrenos ofertados à Instituição. Não há histórico de contratação institucional para essa finalidade, portando, a metodologia utilizada para definição do quantitativo se deu com base em terrenos nos municípios em que se pretende construir.

1.3. A análise técnica detalhada das condições do solo e do terreno será realizada mediante:

Sondagem de Solo	Ensaio de Percolação	Topografia
A sondagem é uma ferramenta essencial para o levantamento das características do solo no local das obras ou projetos. A análise dos dados obtidos por meio da sondagem permite determinar a composição e a capacidade de carga do solo, possibilitando o dimensionamento adequado das fundações, evitando danos estruturais e riscos à segurança de futuras construções ou reformas	O ensaio de percolação tem como objetivo avaliar a capacidade do solo em absorver e percolar água, fundamental em projetos que envolvem sistemas de drenagem, redes de esgoto, construção de edificações ou áreas de ocupação. Com o ensaio de percolação, é possível identificar áreas de maior ou menor permeabilidade do solo, o que possibilita um planejamento mais eficiente da infraestrutura e a prevenção de problemas relacionados a alagamentos e instabilidade do terreno.	A realização de um levantamento topográfico preciso e detalhado é essencial para o planejamento de qualquer intervenção no terreno, permitindo a definição das cotas altimétricas, alinhamentos e áreas de drenagem. O levantamento topográfico assegura que os projetos de construção ou remodelação estejam em conformidade com as exigências do terreno e da legislação vigente, além de garantir a correta elaboração do projeto arquitetônico e da execução de obras, evitando erros no posicionamento de estruturas e maximizando a eficiência dos processos.

1.4. O objetivo da presente contratação é analisar a qualidade dos terrenos ofertados à Defensoria Pública, antes de seu aceito ou negociação, ou para confirmação de qualidade, a fim de confirmar a viabilidade na implantação de unidades próprias

1.5. DESCRIÇÃO BÁSICA DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS:

1.6. As tabelas abaixo, demonstram a composição dos itens de cada grupo regionalizado em seus quantitativos e especificações:



Aviso: No sistema Compras.gov.br, o grupo 1 consta como item 1 (com quantidade 1), o grupo 2 consta como item 2 (com quantidade 1), e assim por diante. Dessa forma, os valores totais dos grupos - discriminados nas tabelas abaixo - constam como valores unitários no sistema. Após a fase de lances, os vencedores deverão encaminhar suas propostas recompostas com o detalhamento dos valores unitários e das quantidades dos grupos arrematados, respeitando os valores unitários máximos previstos no edital, conforme modelo disponibilizado no Anexo II - Modelo de Proposta Comercial.

1.6.1. GRUPO 1- CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL

1.6.1.1. Cidade base: Curitiba

1.6.1.2. Municípios que poderão ser atendidos: Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Guaratuba, Lapa, Matinhos, Morretes, Pontal do Paraná, São José do Pinhais.

1.6.1.3. Faixa A (por unidade) – áreas até 1.000m²

1.6.1.4. Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m²

GRUPO 1- CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL - EXCLUSIVO ME/EPP									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
1	1	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	702	68,00	47.736,00	-	47.736,00
	2		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	16	800,00	12.800,00	-	12.800,00
	3		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	1844	29,00	53.476,00	-	53.476,00
	4	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	47	500,00	23.500,00	-	23.500,00
	5		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	1844	8,20	15.120,80	-	15.120,80
	6	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	16	1.819,21	29.107,36	30%	37.839,57
	7		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	5720	0,47	2.688,40	30%	3.494,92
VALOR TOTAL DO GRUPO 1: R\$ 193.967,29									

1.6.2. GRUPO 2- CENTRO ORIENTAL.

1.6.2.1. Cidade-base: Ponta Grossa.

1.6.2.2. Municípios que poderão ser atendidos: Castro e Ponta Grossa.

1.6.2.3. Faixa A (por unidade) – áreas até 1.000m²

1.6.2.4. Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m²

GRUPO 2- CENTRO ORIENTAL.									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
2	8	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	117	68,00	7.956,00	-	7.956,00



	9		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	3	800,00	2.400,00	-	2.400,00
	10		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	240	29,00	6.960,00	-	6.960,00
	11	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	8	500,00	4.000,00	-	4.000,00
	12		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	240	8,20	1.968,00	-	1.968,00
	13	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	3	1.819,21	5.457,63	30%	7.094,92
	14		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	1300	0,47	611,00	30%	794,30
VALOR TOTAL DO GRUPO 2: R\$ 31.173,22									

1.6.3. **GRUPO 3 – NORTE PIONEIRO**

1.6.3.1. Cidade-base: Cornélio Procópio.

1.6.3.2. Municípios que poderão ser atendidos: Cornélio Procópio.

1.6.3.3. Faixa A (por unidade) – áreas até 1.000m²

1.6.3.4. Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m²

GRUPO 3 – NORTE PIONEIRO									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
3	15	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	59	68,00	4.012,00	-	4.012,00
	16		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	2	800,00	1.600,00	-	1.600,00
	17		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	130	29,00	3.770,00	-	3.770,00
	18	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	4	500,00	2.000,00	-	2.000,00
	19		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	130	8,20	1.066,00	-	1.066,00
	20	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	2	1.819,21	3.638,42	30%	4.729,95
	21		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	650	0,47	305,50	30%	397,15
VALOR TOTAL DO GRUPO 3: R\$ 17.575,10									

1.6.4. **GRUPO 4- SUDESTE**

1.6.4.1. Cidade-base: União da Vitória.

1.6.4.2. Municípios que poderão ser atendidos: União da Vitória.

1.6.4.3. Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m²

GRUPO 4- SUDESTE									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)



4	22	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	59	68,00	4.012,00	-	4.012,00
	23		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	2	800,00	1.600,00	-	1.600,00
	24		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	130	29,00	3.770,00	-	3.770,00
	25	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	4	500,00	2.000,00	-	2.000,00
	26		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	130	8,20	1.066,00	-	1.066,00
	27	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA A	UD	2	1.819,21	3.638,42	30%	4.729,95
	28		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA B	M²	650	0,47	305,50	30%	397,15
VALOR TOTAL DO GRUPO 4: R\$ 17.575,10									

1.6.5. GRUPO 5 –SUDOESTE

1.6.5.1. Cidade-base: Francisco Beltrão.

1.6.5.2. Municípios que poderão ser atendidos: Francisco Beltrão.

1.6.5.3. Faixa A (por unidade) – áreas até 1.000m²

1.6.5.4. Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m²

GRUPO 5 –SUDOESTE									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
5	29	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	117	68,00	7.956,00	-	7.956,00
	30		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	3	800,00	2.400,00	-	2.400,00
	31		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	273	29,00	7.917,00	-	7.917,00
	32	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	8	500,00	4.000,00	-	4.000,00
	33		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	273	8,20	2.238,60	-	2.238,60
	34	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA A	UD	3	1.819,21	5.457,63	30%	7.094,92
	35		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA B	M²	1300	0,47	611,00	30%	794,30
VALOR TOTAL DO GRUPO 5: R\$ 32.400,82									

1.6.6. GRUPO 6 – CENTRO SUL

1.6.6.1. Cidade-base: Guarapuava.

1.6.6.2. Municípios que poderão ser atendidos: Guarapuava

1.6.6.3. Faixa A (por unidade) – áreas até 1.000m²

1.6.6.4. Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m²

GRUPO 6 – CENTRO SUL									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
6	36	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	59	68,00	4.012,00	-	4.012,00
	37		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	2	800,00	1.600,00	-	1.600,00
	38		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	130	29,00	3.770,00	-	3.770,00

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

	39	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	4	500,00	2.000,00	-	2.000,00
	40		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	130	8,20	1.066,00	-	1.066,00
	41	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO FAIXA A	UD	2	1.819,21	3.638,42	30%	4.729,95
	42		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA B	m²	650	0,47	305,50	30%	397,15
VALOR TOTAL DO GRUPO 6: R\$ 17.575,10									

1.6.7. GRUPO 7 – CENTRO – OCIDENTAL

1.6.7.1. Cidade-base: Campo Mourão.

1.6.7.2. Municípios que poderão ser atendidos: Campo Mourão.

1.6.7.3. Faixa A (por unidade) – áreas até 1.000m²

1.6.7.4. Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m²

GRUPO 7 – CENTRO – OCIDENTAL									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
7	43	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	59	68,00	4.012,00	-	4.012,00
	44		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	2	800,00	1.600,00	-	1.600,00
	45		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	130	29,00	3.770,00	-	3.770,00
	46	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	4	500,00	2.000,00	-	2.000,00
	47		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	130	8,20	1.066,00	-	1.066,00
	48	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA A	UD	2	1.819,21	3.638,42	30%	4.729,95
	49		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA B	M²	650	0,47	305,50	30%	397,15
VALOR TOTAL DO GRUPO 7: R\$ 17.575,10									

1.6.8. GRUPO 8 – NORTE CENTRAL

1.6.8.1. Cidade-base: Londrina.

1.6.8.2. Municípios que poderão ser atendidos: Apucarana, Cambé, Jandaia, Londrina, Maringá.

1.6.8.3. Faixa A (por unidade) – áreas até 1.000m².

1.6.8.4. Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m².

GRUPO 8 – NORTE CENTRAL									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
8	50	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	293	68,00	19.924,00	-	19.924,00
	51		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	7	800,00	5.600,00	-	5.600,00
	52		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	786	29,00	22.794,00	-	22.794,00
	53	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	20	500,00	10.000,00	-	10.000,00
	54		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	786	8,20	6.445,20	-	6.445,20
	55	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO - FAIXA A	UD	7	1.819,21	12.734,47	30%	16.554,82

56		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	2834	0,47	1.331,98	30%	1.731,58
VALOR TOTAL DO GRUPO 8: R\$ 83.049,60								

1.6.9. GRUPO 9 – NOROESTE

1.6.9.1. Cidade-base: Umuarama.

1.6.9.2. Municípios que poderão ser atendidos: Cianorte, Paranavaí, Umuarama.

1.6.9.3. Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m²

GRUPO 9 – NOROESTE									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
9	57	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	176	68,00	11.968,00	-	11.968,00
	58		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	4	800,00	3.200,00	-	3.200,00
	59		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	754	29,00	21.866,00	-	21.866,00
	60	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	12	500,00	6.000,00	-	6.000,00
	61		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	754	8,20	6.182,80	-	6.182,80
	62	2136 9	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	4	1.819,21	7.276,84	30%	9.459,90
	63		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	1950	0,47	916,50	30%	1.191,45
VALOR TOTAL DO GRUPO 9: R\$ R\$ 59.868,15									

1.6.10. GRUPO 10 – OESTE

1.6.10.1. Cidade-base: Cascavel.

1.6.10.2. Municípios que poderão ser atendidos: Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra.

1.6.10.3. Faixa A (por unidade) – áreas até 1.000m²

1.6.10.4. Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m²

GRUPO 10 – OESTE									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
10	64	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	176	68,00	11.968,00	-	11.968,00
	65		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	4	800,00	3.200,00	-	3.200,00
	66		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	884	29,00	25.636,00	-	25.636,00
	67	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	12	500,00	6.000,00	-	6.000,00
	68		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	884	8,20	7.248,80	-	7.248,80
	69	2136 9	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	4	1.819,21	7.276,84	30%	9.459,90
	70		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	1742	0,47	818,74	30%	1.064,37
VALOR TOTAL DO GRUPO 10: R\$ 64.577,07									

1.7. DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

1.7.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS SONDAÇÃO GEOLÓGICA À PERCUSSÃO DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST

1.7.1.1. Os serviços de sondagem SPT deverão ser executados de acordo com a NBR 8036/1983 – Programação de sondagem de simples reconhecimento dos solos para fundações de edifícios – Procedimento, NBR 6484/2020 – Solo – Sondagens de simples reconhecimento SPT – Método de Ensaio e outras correlatas que a contratada entender pertinente.

1.7.1.2. A quantidade de furos deverá ser de no **mínimo 03 (três) para áreas até 200m²**.

1.7.1.3. Áreas superiores à 200m² deverão ter a quantidade de furos dimensionada de acordo com o que preconiza a NBR 8036/1983.

1.7.1.4. A profundidade dos furos, deverão ser de 15,00 m (quinze metros) ou até atingir a impenetrabilidade.

1.7.1.5. A localização dos pontos para a perfuração será indicada pela equipe técnica da DEA-DPE/PR.

1.7.1.6. O serviço de sondagem deverá contemplar a elaboração de laudos técnicos, nos quais, deverão estar apresentados os resultados contendo o processo de perfuração, coleta das amostras, bem como observações quanto ao nível do lençol freático.

1.7.1.7. Os dados obtidos deverão permitir a determinação de características do solo como a resistência, densidade, textura, estratificação do subsolo, dentre outras relacionadas aos serviços.

1.7.1.8. O laudo de sondagem deve incluir os seguintes elementos, não se limitando aos mesmos:

1.7.1.8.1. Identificação do Projeto:

a) Nome do projeto, localização, cliente e data da sondagem.

1.7.1.8.2. Objetivo da Sondagem:

a) Finalidade da investigação geotécnica.

1.7.1.8.3. Descrição do local:

a) Informações sobre o terreno, acessos e condições gerais.

1.7.1.8.4. Metodologia da Sondagem:

a) Descrição do tipo de sondagem utilizada, equipamentos e procedimentos.

1.7.1.8.5. Amostragem:

a) Identificação e localização dos furos, descrição das amostras coletadas, profundidade e tipo (indeformada, deformada etc.).

1.7.1.8.6. Resultado dos Ensaios:

a) Dados dos ensaios de campo (número de golpes do SPT, consistência e capacidade etc.) e de laboratório, isto é, elementos técnicos que permitam realizar o dimensionamento da fundação.

1.7.1.8.7. Perfil Geológico-Geotécnico:

a) Interpretação das camadas do solo, descrição do perfil, tipo de solo em cada camada e suas características.

1.7.1.8.8. Nível d'água:

a) Profundidade do lençol freático, se encontrado;

1.7.1.8.9. Recomendações:

a) Comentários que o corpo técnico da contratada considerar pertinentes ou de alerta para o desenvolvimento do projeto de fundações;

1.7.1.8.10. Anexos:

a) Mapas de localização, plantas de sondagem, fotos, boletins de sondagem e resultados de ensaios de laboratório.

1.7.1.9. Critério de medição: Medição por metragem de perfuração por furo, Laudo de fundações por unidade e Mobilização de sondagem por quilômetro.

1.7.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENSAIO DE PERCOLAÇÃO EM SOLOS

1.7.2.1. O serviço de ensaio de percolação em solos deverá ser executado em conformidade com a NBR 13969/97 Tanques Sépticos – Unidades de Tratamento Complementar e Disposições Finais dos Efluentes Líquidos – Projeto, Construção e Operação e outras correlatas que a contratada entender pertinente.

1.7.2.2. O número de furos de locais de ensaio deve ser de no mínimo 3 pontos, distribuídos aproximadamente de modo a cobrir áreas iguais no local analisado.

1.7.2.3. O ensaio de percolação é o procedimento elaborado com a finalidade de estimar a capacidade de percolação do solo, através da determinação de um coeficiente “k”.

1.7.2.4. Os serviços deverão contemplar a elaboração de laudos técnicos, nos quais deverão ser apresentados os resultados com indicação da taxa de percolação (min/m) e a Taxa de aplicação ($m^3/m^2 \cdot dia$).

1.7.2.5. O laudo de ensaio de percolação deve incluir os seguintes elementos não se limitando aos mesmos:

1.7.2.5.1. Identificação do Projetos:

a) Nome do projeto, localização cliente e data do ensaio de percolação.

1.7.2.5.2. Objetivo do Ensaio de Percolação:

a) Finalidade para a qual está sendo realizado o ensaio.

1.7.2.5.3. Descrição do local:

a) Informações sobre o terreno, condições gerais etc.

1.7.2.5.4. Metodologia do Ensaio:

a) Descrição do tipo de metodologia utilizada, equipamentos e procedimentos.

1.7.2.5.5. Identificação dos pontos de Ensaio:

a) Croqui de localização dos pontos de execução do ensaio no terreno, com cotas de distanciamento para ponto de referência existente.

1.7.2.5.6. Resultado dos Ensaios:

- a) Planilha com todas as medições obtidas no ensaio para cada ponto, bem como breve memória de cálculo para obtenção do coeficiente “k”, em cada camada distinta do solo, bem como a obtenção do coeficiente “k média”, conforme disposto na NBR 13969:1997 Tanques sépticos – Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto, construção e operação;
- b) Taxa de percolação (min/m) e a Taxa de aplicação (m³/m².dia).

1.7.2.5.7. Recomendações:

- a) Comentários que o corpo técnico da contratada considerar pertinentes ou de alerta para o desenvolvimento de projetos.

1.7.2.5.8. Anexos:

- a) Mapas de localização, croqui e relato fotográfico.

1.7.2.6. Critério de medição: Medição por unidade perfurada e Mobilização de percolação por quilômetro.

1.7.3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA

1.7.3.1. O serviço de topografia deverá ser executado em conformidade com a NBR 13.133/21 - Execução e levantamento topográfico e outras correlatas que a contratada entender pertinente.

1.7.3.2. O serviço deverá contemplar o levantamento planialtimétrico.

1.7.3.3. Deverão ser traçadas as curvas de nível, as cercas, limites dos terrenos, contorno das edificações, portões, meio-fio, áreas pavimentadas, calçadas, vegetação e demais elementos.

1.7.3.4. O levantamento Topográfico Planialtimétrico deverá apresentar, no mínimo:

1.7.3.4.1. Planta de situação da área em relação à cidade;

1.7.3.4.2. Planta topográfica planialtimétrica;

1.7.3.4.3. Memorial Descritivo da Poligonal;

1.7.3.4.4. Identificação dos proprietários e vizinhos;

1.7.3.4.5. A planta de situação deve conter:

- a) Acessos à área;
- b) Amarração a pontos de fácil identificação, tais como linhas de transmissão de energia etc.;
- c) Norte magnético e verdadeiro e sua deflexão
- d) Traçado urbano da cidade, dando prioridade ao entorno da área (1 km de raio), caracterizando as seguintes edificações:
- 1.7.3.4.5.d.1. Prefeitura municipal;
- 1.7.3.4.5.d.2. Câmara de vereadores;
- 1.7.3.4.5.d.3. Bancos;
- 1.7.3.4.5.d.4. Hospital;
- 1.7.3.4.5.d.5. Posto policial;
- 1.7.3.4.5.d.6. Estação rodoviária;
- 1.7.3.4.5.d.7. Cartórios;

1.7.3.4.5.d.8. Fórum;

1.7.3.4.5.d.9. Tribunais;

1.7.3.4.5.d.10. Outros órgãos públicos relevantes.

e) Planta Topográfica planialtimétrica contendo:

1.7.3.4.5.e.1. A poligonal fechada:

a) Todos os vértices, devidamente marcados no local onde se encontram com piquetes, com ângulo interno, distância entre alas e rumos achados com teodolito e/ou aparelho de melhor precisão, amarrados com os vizinhos;

b) Identificação dos vizinhos e colocação das edificações existentes no entorno;

c) Caracterização do tipo da demarcação do contorno (cerca, muro etc.);

d) Curva de nível a cada 0,5 metro;

e) Malha trançada de 4 m por 4 m com cotas de níveis nos 04 (quatro) vértices da malha em toda área;

f) Cálculo exato da área em m²;

g) Colocação das referências de nível (RN) em pontos de fáceis reconhecimento, tais como soleiras de igreja etc., além da linha-base;

h) Norte magnético e verdadeiro com sua deflexão;

i) Caracterização detalhada das linhas de alta e baixa tensão, telefone, rios, canais ou sangradores ou tubulações de águas pluviais, servidas ou de esgoto, com suas cotas, seções e faixa de domínio;

j) Marcação das árvores de corte, bem como das edificações porventura existentes no terreno;

k) Marcação dos greides (inclinação vertical do eixo da estrada) das vias existentes, adjacentes ao terreno;

l) Quando a área for íngreme, ou com acidentes expressivos, fornecer detalhes à parte, seccionando com as devidas cotas;

m) Colocar RN em Campo com base em concreto fixando placa de metal com a cota altimetria.

1.7.3.5. Critério de medição: Medição por unidade e por metro quadrado a depender da Faixa:

a) Faixa A (por unidade) – áreas até 1.000m²;

b) Faixa B (por metro quadrado) – áreas acima de 1.000m² a 10.000m².

1.8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

1.8.1. O valor total estimado para a presente licitação, segmentado por lote, é apresentado na Tabela abaixo:

GRUPO	REGIÃO	VALOR ESTIMADO ¹
1	Curitiba, Região Metropolitana e Litoral	R\$ 193.967,29

¹ Conforme Art. 3º da Resolução Nº 028/2024/SECID para os serviços de Sondagem Geológica e Percolação não se faz necessário a aplicação do BDI. Desse modo, somente os serviços de topografia estão com incidência de BDI, o qual foi calculado conforme Art 6º da mesma resolução.

2	Centro Oriental	R\$ 31.173,22
3	Norte Pioneiro	R\$ 17.575,10
4	Sudeste	R\$ 17.575,10
5	Sudoeste	R\$ 32.400,82
6	Centro-Sul	R\$ 17.575,10
7	Centro Ocidental	R\$ 17.575,10
8	Norte Central	R\$ 83.049,60
9	Noroeste	R\$ 59.868,15
10	Oeste	R\$ 64.577,07
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO		R\$ 535.336,55

2. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES

2.1. A contratação em tela, está alinhada aos objetivos institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e encontra respaldo no Plano Anual de Contratações de 2025, com o título “Serviços de levantamento de topografia e estudos de sondagem e percolação do solo”, sob o nº 054/2025.

3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação ocorrerá por meio licitatório, conforme Plano de Contratações Anual 2025.

3.2. A modalidade de contratação será por meio de Pregão Eletrônico, tendo em vista tratar-se de um serviço comum de engenharia, padronizável em termos de desempenho e qualidade, e que pode ser objetivamente definido em edital.

3.3. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, em razão do caráter eventual, não imediato e não continuado do objeto, de forma a permitir que seu acionamento ocorra de acordo com a efetiva demanda institucional.

3.4. O critério de julgamento será o maior desconto, assegurando que a contratação será realizada com a proposta de menor preço, proporcionando à administração pública a obtenção da melhor condição econômica possível, sem comprometer os padrões de qualidade e desempenho definidos no edital.

3.5. A adjudicação será por grupo, tendo em vista que os itens que compõem cada lote são interdependentes para a entrega do objeto.

3.6. Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.6.1. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.

3.7. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da presente contratação.

3.8. Aplica-se o tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de

Pequeno Porte, conforme previsto na LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

3.8.1. Exceto na hipótese prevista no inciso III do Art. 48 da Lei supracitada, pois o objeto trata-se de uma solução interdependente, cujo conteúdo não é divisível, conforme disposto no item 3.5 desse capítulo, o que inviabiliza a criação de um novo lote com cota para as empresas beneficiárias

4. DOS REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. Não há possibilidade de vistoria para a o dimensionamento e elaboração da proposta.

4.1.1. Tendo em vista que a Defensoria Pública ainda não dispõe de todos os terrenos nos quais será executado o objeto da presente contratação, é inviável a realização de vistoria prévia, para fins de formulação das propostas.

4.2. Não haverá apresentação de amostra.

4.2.1. Conforme a natureza do objeto a ser contratação, é inviável a apresentação de amostras ou catálogos técnicos para aferição dos serviços a serem prestados, para fins de julgamento das propostas.

4.3. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.3.1. A qualificação técnico-operacional será demonstrada por meio de:

4.3.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

4.3.1.2. Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do estado do Paraná, será aceito o registro do CREA do Estado de origem, ficando a Licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do estado do Paraná antes da assinatura do contrato, considerando que o registro no CAU é válido para o Brasil.

4.3.1.3. Atestado(s) expedido(s) por pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, de que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto desta contratação, conforme quantitativos indicados no Apêndice I, admitida a apresentação de atestados individualizados e a somatória de atestados diversos.

4.3.2. A qualificação técnico-profissional será demonstrada por meio de:

4.3.2.1. Declaração de responsabilidade técnica, conforme Apêndice II, referente ao compromisso de participação de pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declare que participará, permanentemente, a serviço da empresa do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização da DPE/PR.

4.3.2.2. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitida(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, para a comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente

reconhecido pela entidade competente, indicados como responsável(is) técnico(s), detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitida(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme quantitativos indicados no Apêndice I, admitida a apresentação de atestados individualizados e a somatória de atestados diversos.

4.3.2.3. Documentação que comprove o vínculo entre o profissional e o serviço a ser prestado, por meio de Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Certidão do CAU, Contrato Social da empresa, Contrato de prestação de serviços, Contrato de Trabalho, ou termo, através do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pelo serviço a ser prestado, a ser apresentada somente quando da celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3.2.4. Após a celebração da Ata de Registro de Preços, somente será admitida a substituição legal de qualquer profissional indicado em situações excepcionais, desde que o motivo seja justificado, comprovado e plausível, e o novo profissional indicado seja submetido aos mesmos critérios de avaliação estipulados e demonstre ter qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído.

4.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.4.1. A habilitação fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes documentos:

4.4.1.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.4.1.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.4.1.3. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.4.1.4. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

4.4.1.5. a regularidade perante a Justiça do Trabalho.

4.4.1.6. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

5. DA FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

5.1. A formalização da contratação será por meio de Ata de Registro de Preços e Instrumento Contratual, conforme disciplinado a seguir.

5.2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmada Ata de Registro de Preços (ARP).

5.2.2. O adjudicatário será convocado para assinatura da ARP e deverá assinar o respectivo documento, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis, no

máximo, por igual prazo, a critério exclusivo da DPE/PR, desde que solicitado tempestivamente pela CONTRATADA e apresentada devida justificativa.

5.2.3. A ARP terá vigência de 1 (um) ano, excluído o dia do termo final, contados da sua publicação no Diário Eletrônico da DPE/PR.

5.2.4. A partir da assinatura da ARP, a CONTRATADA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

5.2.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.6. A ARP, poderá ser prorrogada por mais 1 (um) ano, atendendo exclusivamente ao interesse da administração pública, desde que comprovado preço vantajoso, hipótese em que se renovarão os quantitativos originalmente registrados.

5.3. DO INSTRUMENTO DE CONTRATO

5.3.1. Após a formalização da Ata de Registro de Preços, de acordo com a demanda da Defensoria Pública do Estado do Paraná e dentro do período de vigência do ajuste, a empresa será convocada para assinar Termo de Contrato, referente aos serviços a serem prestados.

5.3.2. A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.3.3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.

5.3.4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.

5.3.5. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.

5.3.6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

5.3.7. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR) e vigorará por 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma do artigo 111 da Lei n.º 14.133/2021.

6. DO MODELO DE GESTÃO

- 6.1. O gestor e o fiscal do contrato serão designados pela Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios.
- 6.2. O fiscal do contrato será designado de acordo com a indicação Diretoria de Engenharia e Arquitetura, dentre as pessoas que compõem a sua equipe.
- 6.3. O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto serão realizados pela CONTRATANTE, através do fiscal de contrato.
- 6.4. A responsabilidade pela gestão e fiscalização deste contrato caberá aos(as) servidores(as) designados(as), os(as) quais serão responsáveis pelas atribuições definidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023, a fim de exigir o cumprimento de todos os itens desta contratação, de acordo com as normas técnicas e especificações.
- 6.5. A qualquer tempo, a fiscalização poderá solicitar, por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA.
- 6.6. A presença da fiscalização para eventual acompanhamento do serviço não diminuirá a responsabilidade técnica e legal da contratada, com relação às soluções adotadas e execução dos serviços.
- 6.7. A gestão e a fiscalização do contrato, exercidas pela CONTRATANTE, fará a avaliação e controle dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.
- 6.8. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica e serão expedidas, através do endereço eletrônico: engenharia@defensoria.pr.def.br.
- 6.9. A CONTRATADA deverá manter número de telefone disponível para contato durante horário comercial, através do qual a fiscalização se reportará acerca de assuntos referentes à execução de serviços, inclusive para aqueles que, por sua natureza, devam ser tratados com o responsável técnico da empresa, o qual deverá imediatamente atender e fornecer todas as informações requisitadas.
- 6.10. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, comunicando à CONTRATADA, por escrito, os vícios, os defeitos ou as incorreções verificadas no objeto quando da análise para recebimento, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA.
- 7.2. Acionar, acompanhar e fiscalizar a execução deste ajuste e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 7.3. Manter disponível canal de comunicação para que a CONTRATADA possa

encaminhar eventuais dúvidas, a fim de executar o objeto da contratação dentro da qualidade e prazo estipulados pela CONTRATANTE.

7.4. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.5. Aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções previstas nas leis e normativas vigentes.

7.6. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

8.2. A contratada deverá estar cadastrada no SICAF, para realizar o cadastro, deverá acessar o Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

8.3. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência e na proposta apresentada, observando rigorosamente as boas técnicas, as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis.

8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.5. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todo o instrumental, equipamentos de proteção coletiva (EPC's), equipamentos de proteção individuais (EPI's), ferramentas, equipamentos, materiais e mão de obra especializada e necessária para a execução dos serviços.

8.6. O deslocamento da equipe técnica que realizará os serviços, bem como dos equipamentos e instrumentos necessários, são de obrigação exclusiva da CONTRATADA, não incorrendo em ônus adicionais à Defensoria Pública.

8.7. A CONTRATADA deverá observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas técnicas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, dentre elas:

8.7.1. NBR 8036/1983 – Programação de sondagens de simples reconhecimento dos solos para fundações de edifícios – Procedimento;

8.7.2. NBR 6484/2020 – Solo – Sondagens de simples reconhecimentos com SPT – Método de ensaio;

8.7.3. NBR 13133/2021 – Execução de levantamento topográfico;

8.7.4. NBR 13969/97- Tanques Sépticos – Unidades de Tratamento Complementar e Disposição Final dos Efluentes Líquidos – Projeto, construção e operação.

8.7.5. Outras Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) e aplicáveis ao caso.

8.7.6. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM.

8.7.6.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas atinentes à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, fornecendo todos os equipamentos para sinalização, proteção coletiva e, caso necessário, proteção individual a todos os que supervisionarem, trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem justificadamente no local de desenvolvimento do curso, bem como identificá-los adequadamente.

8.7.6.2. A CONTRATADA deverá possuir e apresentar, caso for solicitado, os programas PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

8.7.7. Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;

8.7.8. Outras normas aplicáveis ao objeto do contrato.

8.8. As atividades deverão ser executadas e acompanhadas por um corpo técnico especializado, seguindo-se as normas vigentes e com a utilização de ferramentas apropriadas, de acordo com as recomendações normativas.

8.9. A CONTRATADA deverá apresentar funcionários devidamente identificados com nome do profissional, sua função e nome da empresa, bem como uma relação de todos os funcionários e profissionais que estejam envolvidos com a execução do objeto, quando da realização dos serviços.

8.10. A CONTRATADA deverá providenciar as devidas licenças necessárias (ambientais ou de construção); quando for o caso.

8.11. A contratada deverá executar os serviços contratados de maneira tempestiva, cumprindo os prazos estabelecidos e garantindo o atendimento aos requisitos de qualidade demandados pela CONTRATANTE.

8.12. Ao término dos serviços a contratada deverá entregar o local limpo e dar a destinação correta a todo o resíduo gerado pela execução dos serviços, sem ônus para a DPE/PR, observando as orientações e legislação vigente de cada município em que o serviço for executado.

8.13. A CONTRATADA deverá atender ao Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelecido no Termo de Referência, garantindo a entrega dos resultados previstos, conforme os critérios de qualidade e prazos estipulados.

8.14. A CONTRATADA deverá manter, durante a execução dos serviços e a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

8.15. A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pela

CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações ou questionamentos relacionados à execução do objeto.

8.16. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por quaisquer situações decorrentes das suas próprias ações e decisões durante a execução dos serviços.

8.17. Durante a execução dos ensaios, se houver qualquer tipo de dano material a bens ou particulares, a CONTRATADA deverá providenciar o ressarcimento.

8.17.1. Como o serviço é de escavação, se forem rompidos dutos de água, linhas de lógica ou de energia elétrica, por exemplo, o conserto deverá ser providenciado em até 24 (vinte e quatro) horas.

8.18. A CONTRATADA ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o contratante responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da contratada, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da contratada.

8.19. A CONTRATADA será responsável por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais relacionados à sua equipe, obrigando-se a regularizar e quitar essas obrigações no prazo devido, garantindo que seus empregados não mantenham vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

8.20. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por quaisquer demandas trabalhistas, cíveis ou penais relacionadas à execução do objeto, sejam elas originárias, conexas ou contingentes.

8.21. A CONTRATADA deverá declarar ciência da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e comprometer-se a adequar seus procedimentos internos para garantir a proteção de dados pessoais fornecidos pela CONTRATANTE.

8.22. Em conformidade com a LGPD, é vedada a utilização de dados pessoais repassados em razão da execução contratual para fins distintos do objeto do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8.23. A CONTRATADA deverá manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações fornecidas, especialmente dados pessoais e sensíveis, sendo proibido o compartilhamento com terceiros, exceto em cumprimento de obrigações legais ou para a execução do contrato.

8.24. A CONTRATADA será responsabilizada administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos causados aos titulares de dados pessoais em decorrência da execução contratual, em caso de descumprimento da LGPD.

8.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9. DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. A Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios da DPE/PR informará a CONTRATADA do início da vigência da Ata de Registro de Preços.

9.2. A Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios da DPE/PR informará à CONTRATADA a data de início da vigência contratual, bem como os dados de contato do(a) Gestor(a) e do(a) fiscal do contrato.

9.2.1. O Termo de Contrato conterá todas as informações necessárias à prestação dos serviços, incluindo-se a sua localização exata e forma de acesso, sendo que a data de sua publicação será considerada como marco temporal para o início da execução contratual.

9.3. DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

9.3.1. O prazo para a execução e entrega do objeto constará no Termo de Contrato, observando a seguinte diretriz:

9.3.1.1. **30** (trinta) dias, para serviços que compreendam até 01 (uma) sondagem e/ou 01 (um) ensaio e/ou 01 (uma) topografia.

9.3.1.2. **45** (quarenta e cinco) dias, para serviços que compreendam 02 (duas) sondagens e/ou 02 (dois) ensaios e/ou 02 (duas) topografias;

9.3.1.3. **60** (sessenta) dias, para serviços que compreendam de 03 (três) até 05 (cinco) sondagens e/ou de 03 (três) até 05 (cinco) ensaios e/ou de 03 (três) até 05 (cinco) topografias.

9.3.2. O prazo para a execução e entrega do objeto poderá ser prorrogado, a critério da Defensoria Pública, por período igual ou inferior àquele originalmente contratado, mediante requisição formal, tempestiva e fundamentada, endereçada ao fiscal do contrato, que analisará e decidirá primeiramente sobre a suspensão ou não do prazo inicial e, em seguida, sobre a prorrogação requerida.

9.3.3. Os prazos previstos na Cláusula 9.3.1 não serão interrompidos enquanto estiver em análise o pedido de prorrogação de que trata a Cláusula 9.3.2.

9.3.4. A entrega do objeto contratual deverá ser realizada à fiscalização do contrato, em meio digital, encaminhada ao endereço eletrônico engenharia@defensoria.pr.def.br, sob as seguintes diretrizes:

9.3.5. Os laudos técnicos deverão ser entregues em formato digital, em pdf, assinado digitalmente pelo responsável técnico, de acordo com as regras de certificação digital da ICP-Brasil.

9.3.6. Os arquivos gráficos deverão ser entregues em formato digital, em dwg.

9.3.7. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE uma via das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) relativas a todos os serviços e atividades técnicas referentes ao objeto deste Termo de Referência, devidamente quitadas.

9.4. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

9.4.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos laudos técnicos e arquivos gráficos.

9.4.2. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.

9.4.3. O recebimento definitivo dos serviços fica condicionado à demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança, relatórios e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação vigente.

9.4.3.1. Se a CONTRATANTE verificar inconsistência na execução do objeto ou na documentação/instrumento de cobrança, o recebimento definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

9.4.3.1.1. Na hipótese anterior, o prazo para recebimento será interrompido, apenas sendo iniciado novamente – ou seja, os dias já decorridos serão restituídos e o prazo reiniciará do zero – após a regularização da pendência.

9.4.4. O recebimento definitivo do objeto fica condicionado à demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação vigente.

9.4.4.1. Se a CONTRATANTE verificar inconsistência na execução do objeto ou na documentação/instrumento de cobrança, o recebimento definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

9.4.4.2. Na hipótese anterior, o prazo para recebimento será interrompido, apenas sendo iniciado novamente – ou seja, os dias já decorridos serão restituídos e o prazo reiniciará do zero – após a regularização da pendência.

9.4.5. Caso seja constatada qualquer desconformidade do objeto em relação às especificações do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e dentro do prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, contados a partir da comunicação da CONTRATANTE à CONTRATADA.

9.4.6. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

9.4.7. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento definitivo sem qualquer manifestação da CONTRATANTE, não dispondo de modo diverso o Termo de Referência e os demais documentos vinculados a esta contratação, considerar-seá definitivamente aceito pela CONTRATANTE o objeto contratual, para todos os efeitos.

9.4.8. Os recebimentos provisório ou definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução/prestação do objeto.

9.4.9. Os prazos para os recebimentos provisório e definitivo do objeto não poderão ultrapassar 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados, conforme prevê o art. 13, inciso XII, do Anexo IV da Resolução DPG nº 375/2023.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A Licitante, a Adjudicatária e a CONTRATADA que incorrerem em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeitam-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Deliberação CSDP nº 043/2023, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais, conforme **disposto no contrato**.

11. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTATO

11.1. A fim de se garantir um bom desempenho das atividades contratadas e o atendimento dos objetivos estabelecidos para o objeto da contratação, será adotado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Tabela 1 do Anexo III.

11.2. Em caso de descumprimento dos critérios supracitados, a Defensoria Pública realizará desconto no pagamento, conforme análise combinada da tabela 01 e 02 do Anexo III

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. No preço deve estar inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. Também estão contemplados os custos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, embalagens e serviços, quando aplicável, desde a geração até a destinação adequada, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer custos adicionais.

12.2. DO CRITÉRIO DE PAGAMENTO DOS DESLOCAMENTOS PARA O SERVIÇO DE MOBILIZAÇÃO DE SONDAGEM E MOBILIZAÇÃO DE PERCOLAÇÃO

12.2.1. Os deslocamentos até o local dos serviços (terreno) serão calculados a partir do endereço da sede da empresa, ou da sua central de transportes, indicados no Termo de Contrato.

12.2.1.1. No caso da CONTRATADA não estar localizada dentro do lote arrematado, será considerado como ponto de partida para o cálculo dos deslocamentos o município indicado como base (cidade-base) pela DPE/PR, conforme detalhamento do objeto, tendo como ponto de partida para a aferição da distância:

- a) Sede da Defensoria Pública, quando houver, ou;
- b) Sede da Prefeitura municipal.

12.2.1.2. Nos casos em que ocorrer serviços em locais distintos, porém consecutivos ou próximos, deverá ser traçada a melhor rota que a fiscalização do contrato entender pertinente, sendo remunerado então a ida e a volta nesse trecho.

12.3. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

12.3.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s), mediante depósito ou crédito em conta bancária em favor da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

12.4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO PAGAMENTO

12.4.1. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

12.4.2. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.4.3. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

12.4.4. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.4.5. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

12.4.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE/PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-DI/FGV.

12.4.7. A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.4.8. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

12.4.9. Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro

fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.

12.4.10. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual modificação da ordem.

13. CONDIÇÕES DE REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

13.1. REAJUTE DO CONTRATO

13.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de 16/05/2025 a 15/05/2026.

13.1.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação do **Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M)** acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE, as demais disposições relativas ao reequilíbrio econômico encontram-se em capítulo próprio do instrumento contratual.

13.2.DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.2.1. É permitida a atualização periódica dos preços inicialmente registrados referentes aos custos decorrentes do mercado (insumos) mediante reajuste por índice, de acordo com a variação acumulada do **Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M)**, ou de índice oficial que venha a substituí-lo, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado do procedimento desta contratação, compreendendo o período de 16/05/2025 a 15/05/2026.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Dadas as particularidades e natureza do fornecimento do serviço envolvido, não haverá exigência de garantia contratual, conforme previsto no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. De acordo com os Art. 361 e 362 do Decreto Estadual no 10086, de 17 de janeiro de 2022, para aquisição de bens e serviços, as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber.

15.2. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

15.3. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

15.4. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

15.5. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

15.6. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

- 15.7. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.
- 15.8. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados; e utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.
- 15.9. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 15.10. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 15.11. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 15.12. Também deverão ser observados, no que couber, os preceitos da Lei Estadual nº 20.607/2021.
- 15.13. Fornecer treinamento aos funcionários a fim de que sejam adotadas as seguintes providências, sempre que cabíveis:
- 15.13.1. Recolher os resíduos descartados, de forma seletiva, de acordo com a legislação de cada município em que os serviços forem prestados, e atentar às formas de redução da geração dos resíduos e destinação dispostos no Plano Estadual de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos do Paraná, e demais leis e normas existentes;
- 15.14. Evitar em suas atividades, o desperdício e a geração de resíduos sem reaproveitamento, tais como excesso de embalagens, entre outros;
- 15.15. Otimizar o transporte de equipamentos e/ou funcionários para redução de gastos e impacto ambiental;
- 15.16. Utilizar equipamentos e/ou materiais que visem minimizar os impactos ambientais.
- 15.16.1. Caso da utilização de equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento, cabe à CONTRATADA observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel – dB (A), conforme Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo às saúdes física e mental, afetando particularmente a audição
- 15.17. A CONTRATADA deverá adotar para execução dos serviços, as práticas ambientalmente sustentáveis, em acordo com o Art. 3º da Constituição Federal de 1988, conforme o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República; Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010; Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, tal como as demais legislações vigentes nas esferas municipal, estadual e federal não citados.

16. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Aplicam-se ao presente ajuste, especialmente aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023; da Lei Complementar nº 123/2006²; da Lei nº 13.709/2018³; da Deliberação CSDP nº 21/2022⁴; da Lei nº 8.078/1990⁵; bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto deste ajuste.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

² Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

³ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

⁴ Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná (https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-11/deliberacao_021_-_aplicacao_da_ldpd_no_ambito_da_dpepr.as_.pdf).

⁵ Código de Defesa do Consumidor.



APÊNDICE I – QUANTITATIVO COMPROBATÓRIO PARA ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA TÉCNICO OPERACIONAL E TÉCNICO-PROFISSIONAL

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MEDIDA	ACT/CAT
1	2	Laudo de Fundação	ud	1 (um)
	4	Ensaio de Percolação de Solo	ud	1 (um)
	6/7	Levantamento Topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro	ud	1 (um) levantamento com área de no mínimo 250 m ²
2	2	Laudo de Fundação	ud	1 (um)
	4	Ensaio de Percolação de Solo	ud	1 (um)
	6/7	Levantamento Topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro	ud	1 (um) levantamento com área de no mínimo 250 m ²
3	2	Laudo de Fundação	ud	1 (um)
	4	Ensaio de Percolação de Solo	ud	1 (um)
	6/7	Levantamento Topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro	ud	1 (um) levantamento com área de no mínimo 250 m ²
4	2	Laudo de Fundação	ud	1 (um)
	4	Ensaio de Percolação de Solo	ud	1 (um)
	6/7	Levantamento Topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro	ud	1 (um) levantamento com área de no mínimo 250 m ²
5	2	Laudo de Fundação	ud	1 (um)
	4	Ensaio de Percolação de Solo	ud	1 (um)
	6/7	Levantamento Topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro	ud	1 (um) levantamento com área de no mínimo 250 m ²
6	2	Laudo de Fundação	ud	1 (um)
	4	Ensaio de Percolação de Solo	ud	1 (um)
	6/7	Levantamento Topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro	ud	1 (um) levantamento com área de no mínimo 250 m ²
7	2	Laudo de Fundação	ud	1 (um)
	4	Ensaio de Percolação de Solo	ud	1 (um)



	6/7	Levantamento Topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro	ud	1 (um) levantamento com área de no mínimo 250 m ²
8	2	Laudo de Fundação	ud	1 (um)
	4	Ensaio de Percolação de Solo	ud	1 (um)
	6/7	Levantamento Topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro	ud	1 (um) levantamento com área de no mínimo 250 m ²
9	2	Laudo de Fundação	ud	1 (um)
	4	Ensaio de Percolação de Solo	ud	1 (um)
	6/7	Levantamento Topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro	ud	1 (um) levantamento com área de no mínimo 250 m ²
10	2	Laudo de Fundação	ud	1 (um)
	4	Ensaio de Percolação de Solo	ud	1 (um)
	6/7	Levantamento Topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro	ud	1 (um) levantamento com área de no mínimo 250 m ²

APÊNDICE II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

(Papel Timbrado da Empresa)
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

O abaixo assinado, _____, Identidade nº _____ e CPF _____, na qualidade de responsável legal pela empresa

_____, vem pela presente, indicar a V. Sas. o(s) profissional(is), Responsável(is) Técnico(s) pelo serviços de (descrição do item conforme listado no edital – indicar o item do Termo De Referência), de acordo com o solicitado neste Termo de Referência.

1. Responsável técnico pelos serviços:

Nome:

Assinatura:

CREA/CAU:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

APÊNDICE III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Tabela 1 – Graus de infração.

Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	4
3	Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela fiscalização, por trabalhador;	3
4	Recusar se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço;	2
5	Permitir a execução de serviços sem a utilização de EPIs/EPCs, por trabalhador;	1
6	Entregar ou executar serviços contratados com baixa qualidade ou desconforme com as NBRs, por ocorrência	5
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Registrar ocorrência ou informar fiscal do contrato de intercorrências na execução dos serviços, por ocorrência	2
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
9	Substituir trabalhador que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por trabalhador e por dia;	1
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
11	Entregar os laudos ou documentos produto da contratação dentro do prazo sem justificativas plausíveis, por dia.	2
12	Deixar de apresentar Anotação de Responsabilidade técnica - ART dentro do prazo previsto sem justificativas plausíveis, por dia.	1
13	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida, por ocorrência e por dia	1
14	Manter a documentação de habilitação atualizada, por item e por ocorrência	1
15	Apresentar as Notas Fiscais discriminando preços e quantidades de todos os serviços, por ocorrência	2



Tabela 02 – Aferição do Pagamento Final

Grau de infração	Correspondência
Pontos acumulados	% do valor DA NOTA de serviço
Até 5 pontos	Notificação
De 6 a 10 pontos	1,00%
De 11 a 20 pontos	2,50%
De 21 a 30 pontos	5,00%
De 31 a 40 pontos	7,50%
De 41 a 50 pontos	10,00%
Acima de 50 pontos	30,00%

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025**

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:
RG:
CPF:

GRUPO 1- CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL - AMPLA CONCORRÊNCIA									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									
GRUPO	ITEM	CATSE R	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITAR	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
1	1	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	702				
	2		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	16				
	3		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	1844				
	4	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	47				
	5		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	1844				
	6	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	16				
	7		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	5720				
VALOR TOTAL DO GRUPO 1:									

GRUPO 2- CENTRO ORIENTAL - EXCLUSIVO ME/EPP									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									
GRUPO	ITEM	CATSE R	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
2	8	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	117				
	9		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	3				
	10		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	240				
	11	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	8				
	12		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	240				

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

	13	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	3				
	14		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	1300				

GRUPO 3 – NORTE PIONEIRO- EXCLUSIVO ME/EPP									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
3	15	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	59				
	16		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	2				
	17		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	130				
	18	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	4				
	19		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	130				
	20	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	2				
	21		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	650				
VALOR TOTAL DO GRUPO 3: R\$									

GRUPO 4- SUDESTE - EXCLUSIVO ME/EPP									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITARIO	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
4	22	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	59				
	23		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	2				
	24		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	130				
	25	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	4				
	26		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	130				
	27	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA A	UD	2				
	28		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA B	M²	650				
VALOR TOTAL DO GRUPO 4: R\$									

GRUPO 5 –SUDOESTE - EXCLUSIVO ME/EPP									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
5	29	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	117				
	30		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	3				
	31		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	273				
	32	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	8				
	33		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	273				
	34	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA A	UD	3				
	35		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA B	M²	1300				
VALOR TOTAL DO GRUPO 5: R\$									

GRUPO 6 – CENTRO SUL- EXCLUSIVO ME/EPP									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
6	36	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	59				
	37		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	2				
	38		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	130				
	39	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	4				
	40		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	130				
	41	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO FAIXA A	UD	2				
	42		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA B	m²	650				
VALOR TOTAL DO GRUPO 6: R\$									

GRUPO 7 – CENTRO – OCIDENTAL - EXCLUSIVO ME/EPP									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
7	43	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	59				
	44		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	2				
	45		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	130				
	46	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	4				
	47		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	130				
	48	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA A	UD	2				
	49		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO –FAIXA B	M²	650				
VALOR TOTAL DO GRUPO 7: R\$									

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

GRUPO 8 – NORTE CENTRAL - AMPLA CONCORRÊNCIA									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
8	50	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	293				
	51		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	7				
	52		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	786				
	53	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	20				
	54		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	786				
	55	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	7				
	56		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	2834				
VALOR TOTAL DO GRUPO 8: R\$									

GRUPO 9 – NOROESTE - EXCLUSIVO ME/EPP									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
9	57	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	176				
	58		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	4				
	59		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	754				
	60	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	12				
	61		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	754				
	62	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	4				
	63		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	1950				
VALOR TOTAL DO GRUPO 9: R\$									

GRUPO 10 – OESTE - EXCLUSIVO ME/EPP									
Benefícios LC 123/2006 - Sim (X)									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	BDI (%)	TOTAL COM BDI (R\$)
10	64	965	SONDAGEM DE SOLO SPT – STANDARD PENETRATION TEST NBR 6484/2020	M	176				
	65		LAUDO DE FUNDAÇÃO	UD	4				
	66		MOBILIZAÇÃO SONDAGEM	KM	884				
	67	990	ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DE SOLO	UD	12				
	68		MOBILIZAÇÃO PERCOLAÇÃO	KM	884				

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

	69	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA A	UD	4				
	70		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO SEMICADASTRAL COM CURVA DE NÍVEL A CADA 1,00 METRO – FAIXA B	M²	1742				
VALOR TOTAL DO GRUPO 10: R\$									

Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06

Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, declaro que:	() NÃO CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.	() CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
---	---	---

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;
- c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2025 – Protocolo n.º 24.0.000002778-9

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 24.0.000002778-9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [XXX/XXXX]
[PREGÃO ELETRÔNICO/DISPENSA DE LICITAÇÃO] Nº [XXX/XXXX]
(V. 22/04/2025)

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, órgão público estadual independente, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388 **, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, considerando a homologação do/a **[MODALIDADE DE LICITAÇÃO] nº [XXX/XXXX]** (Processo nº **[XXXXXX]**),

RESOLVE registrar os preços dos fornecedores/prestadores indicados e qualificados nesta Ata de Registro de Preços (ARP), de acordo com as classificações por eles alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021¹, na Resolução DPG nº 375/2023²; e na legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata de Registro de Preços (ARP) é registrar os preços para **prestação de serviços de engenharia de sondagem de solo (SPT), ensaio de percolação de solo e levantamento topográfico no(s) terreno(s) indicado(s) pela DPE-PR no Estado do Paraná**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência, bem como na(s) proposta(s) vencedora(s), os quais integram o

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

² Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.



procedimento de contratação indicado no preâmbulo desta ARP e aos quais este instrumento está vinculado, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados (unitários e totais), as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão discriminadas na tabela a seguir:

GRUPO [XX] – [inserir a região correspondente]						
Cidade-base: [Cidade-UF - inserir conforme consta na descrição do grupo no TR]						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
[XX]	965	Sondagem de Solo SPT (Standard Penetration Test) – NBR 6484/2020	Metros (m)	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
[XX]		Laudo de Fundação	Unidade	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
[XX]		Mobilização de Sondagem	Quilômetro (km)	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
[XX]	990	Ensaio de Percolação de Solo	Unidade	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
[XX]		Mobilização de Percolação	Quilômetro (km)	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
[XX]	21369	Levantamento topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro – Faixa A	Unidade	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
[XX]	21369	Levantamento topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro – Faixa B	Metro quadrado (m²)	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR TOTAL DO GRUPO:						R\$ [XXX]

Nota explicativa 1: Embora estejam divididos em 7 itens (para fins de quantificação e valores), são 4 os possíveis objetos registrados na ARP e que podem ser contratados separadamente: (i) sondagem (sondagem+laudo+mobilização); (ii) percolação (percolação+mobilização); (iii) levantamento topográfico Faixa A; (iv) levantamento topográfico Faixa B.

Nota explicativa 2: Neste certame, há previsão de cota reservada para ME e EPPs. Na formalização das ARPs, verificar a possibilidade de unificar na MESMA ARP os dois grupos da MESMA REGIÃO (referentes à participação ampla e à cota reservada) desde que a vencedora dos dois grupos tenha sido a MESMA EMPRESA.

[excluir estas notas após preenchimento]

DADOS DO FORNECEDOR/PRESTADOR

Razão social: [XXXXXX]

CNPJ: [XXXXXX]

Endereço: [XXXXXX]

E-mail: [XXXXXX]

Telefone: [XXXXXX]

Representante: [XXXXXX]

Dados bancários para pagamento: [XXXXXX]

2.2 A listagem do **Cadastro de Reserva** referente ao presente registro de preços consta no Apêndice I ^[3] desta ARP.

3. DA FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA DA ARP

3.1. O prazo de vigência desta ARP é de **1 (um) ano**, excluído o dia do termo final, contado a partir da data de publicação do respectivo extrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DED)⁴, podendo ser prorrogada por igual período, desde que seja formalizada previamente ao término da vigência inicial e que seja comprovado preço mais vantajoso.

3.1.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência desta ARP, é permitida a renovação dos quantitativos inicialmente registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

3.2. A DPE-PR dará publicidade a esta ARP divulgando-a no Portal da Transparência da DPE-PR e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento/prestação do objeto nas condições estabelecidas nesta ARP, mas não obrigará a DPE-PR a contratar, facultada a realização de certame específico para o objeto pretendido, desde que devidamente motivada.

³ [NÃO houve formação de Cadastro de Reserva para esta ARP.] OU [Excluir esta nota e preencher o Apêndice I]

⁴ Instituído pela Lei Estadual (PR) nº 20.927/2021, o DED é o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos administrativos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

3.4. A contratação com o fornecedor/prestador registrado nesta ARP será formalizada pela DPE-PR por intermédio de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.1. Os eventuais contratos decorrentes desta ARP terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições neles contidas, devendo ser assinados no prazo de validade da ARP e podendo, ainda, se couber, ser alterados conforme a disciplina do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DO CADASTRO DE RESERVA

4.1. O Cadastro de Reserva a que se refere o **Item 2.2** tem por objetivo manter ativa a ARP em caso de exclusão do fornecedor/prestador vencedor, no qual serão registrados os fornecedores/prestadores que:

4.1.1. aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da adjudicatária, observada a classificação do certame; e

4.1.2. mantiverem sua proposta original.

4.2. Para fins da ordem de classificação do Cadastro de Reserva, os fornecedores/prestadores que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da adjudicatária antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.3. A habilitação dos fornecedores/prestadores que comporão o Cadastro de Reserva desta ARP somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos fornecedores/prestadores remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.3.1. quando o fornecedor/prestador vencedor não assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência; e

4.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor/prestador ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **Item 8**.

4.4. Na hipótese de nenhum fornecedor/prestador de que trata o **Item 4.1.1** aceitar a contratação nos termos e nas condições estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência, a DPE-PR, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

4.4.1. convocar para negociação os demais fornecedores/prestadores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária; ou

4.4.2. adjudicar e firmar o contrato (ou instrumento substitutivo) nas condições ofertadas pelos fornecedores/prestadores remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5. DA EXECUÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. A execução, a fiscalização e o recebimento do objeto devem observar a disciplina e os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência que regem esta contratação.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento e as demais condições a ele referentes devem observar a disciplina e os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência que regem esta contratação.

7. DA ALTERAÇÃO, DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA E DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente (reajuste por índice) ou alterados (revisão), a pedido do fornecedor/prestador, ou por iniciativa da DPE-PR, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve os preços, nas seguintes situações:

7.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inc. II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. mediante reajuste por índice dos preços registrados em razão da variação dos custos decorrentes do mercado (insumos), nos termos do **Item 7.III**.

7.2. Cabe ao fornecedor/prestador interessado requerer a atualização periódica ou a alteração de preços registrados mediante ofício devidamente instruído, contemplando fundamentação e justificativas pertinentes e a documentação necessária, o qual deve ser enviado à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

7.2.1. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela DPE-PR ao fornecedor/prestador, cabendo a este o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à DPE-PR.

7.3. Os prazos para as respostas da DPE-PR aos requerimentos do fornecedor/prestador beneficiário desta ARP, desde que devidamente instruídos, serão:

7.3.1. Para alteração (revisão): em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do pedido.

7.3.2. Para atualização periódica mediante reajuste por índice: em até **60 (sessenta) dias**, contados da data do pedido ou, caso o percentual do índice ainda não tenha sido divulgado na ocasião do pedido, da data em que for possível apurar o índice a ser aplicado.

7.3.3. Em qualquer momento, se constatada a necessidade de que o fornecedor/prestador solicitante complemente a documentação que instrui o pedido de atualização periódica ou de alteração dos preços registrados, os prazos previstos nos **Itens 7.3.1 e 7.3.2** ficam interrompidos até o recebimento dos documentos solicitados.

7.4. A DPE-PR, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente os preços registrados nesta ARP até a decisão final de processo de alteração ou atualização periódica dos preços inicialmente registrados.

7.5. A atualização periódica e a alteração de preços de que trata a íntegra deste **Item 7** não se aplica aos contratos já firmados com base nos preços registrados nesta ARP.

7.II. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.6. Quando o **preço praticado no mercado se tornar inferior ao preço registrado** por motivo superveniente, a DPE-PR convocará o fornecedor/prestador para negociar a redução do preço registrado, a fim de torná-lo compatível com os valores praticados pelo mercado.

7.6.1. Se o fornecedor/prestador não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, ele será liberado dos compromissos assumidos quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.6.2. Na hipótese prevista no **Item 7.6.1**, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.6.3. Não havendo êxito nas negociações de que trata o **Item 7.6.2**, a DPE-PR deverá diligenciar o cancelamento da ARP.

7.7. Quando o **preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado**, é facultado ao fornecedor/prestador solicitar a majoração do preço registrado, mediante requerimento, nos termos dos **Itens 7.2 e 7.2.1**, que, no mínimo, demonstre:

7.7.1 o fato superveniente que rompeu o equilíbrio econômico-financeiro inicial dos preços registrados;

7.7.2. a modificação substancial nas condições registradas, de modo que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor/prestador beneficiário desta ARP e os da DPE-PR;

7.7.3. a desatualização dos preços registrados por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que evidencie que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

7.8. Na hipótese de que trata o **Item 7.7**, **se não houver comprovação** efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela DPE-PR, e o fornecedor/prestador permanecerá vinculado ao valor registrado nesta ARP, sob pena de cancelamento de seu registro, nos termos do **Item 8.1**, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação e no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência.

7.8.1. Na hipótese de cancelamento do registro de preços decorrente do previsto no **Item 7.8**, a DPE-PR poderá convocar os demais fornecedores/prestadores integrantes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado no referido cadastro desta ARP.

7.8.2. Se não houver Cadastro de Reserva, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ARP no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado da contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do Instrumento Convocatório e/ou do Termo de Referência.

7.8.3. Não havendo êxito nas negociações de que tratam os **Itens 7.8.1 e 7.8.2**, a DPE-PR deverá diligenciar o cancelamento da ARP.

7.9. Na hipótese de que trata o **Item 7.7**, **se comprovada** a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ARP, a DPE-PR efetuará a majoração do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.9.1. Se o fornecedor/prestador não aceitar os valores finais após a atualização pela DPE-PR, será liberado dos compromissos assumidos quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.9.2. Na hipótese prevista no **Item 7.9.1**, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço atualizado.

7.9.3. Se não houver Cadastro de Reserva, a DPE-PR poderá convocar os fornecedores/prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ARP no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado da contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do Instrumento Convocatório e/ou do Termo de Referência.

7.9.4. Não havendo êxito nas negociações de que tratam os **Itens 7.9.2 e 7.9.3**, a DPE-PR deverá diligenciar o cancelamento da ARP.

7.III. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.10. É permitida a atualização periódica dos preços inicialmente registrados referentes aos custos decorrentes do mercado (insumos) mediante **reajuste por índice**, de acordo com a variação acumulada do **INCC-DI/FGV (Índice Nacional de Custo da Construção)**, ou de índice oficial que venha a substituí-lo, desde que observado o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado da **data do orçamento estimado** do procedimento desta contratação, compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

7.10.1. Para fins de análise acerca do cabimento e de eventual deferimento da atualização periódica mediante reajuste por índice, o fornecedor/prestador beneficiário desta ARP deverá formular requerimento, nos termos dos **Itens 7.2 e 7.2.1**, durante a vigência da ARP e antes de eventual prorrogação, sob pena de **preclusão**.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O **registro do fornecedor/prestador** beneficiário desta ARP poderá ser cancelado pela DPE-PR quando o fornecedor/prestador:

8.1.1. descumprir as condições desta ARP sem justificativa aceitável;

- 8.1.2. não assinar o contrato decorrente desta ARP ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela DPE-PR sem justificativa razoável;
- 8.1.3. não aceitar manter seu preço registrado na hipótese prevista no **Item 7.8**; ou
- 8.1.4. sofrer sanção em que seja declarada sua inidoneidade.
- 8.2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor/prestador de que trata o **Item 8.1**, a DPE-PR poderá convocar os licitantes que compõem o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.3. Os **preços registrados** nesta ARP poderão ser cancelados, total ou parcialmente, pela DPE-PR, nas seguintes hipóteses e desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.3.1. por razões de interesse público;
- 8.3.2. a pedido do fornecedor/prestador, por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.2.3. se não houver êxito nas negociações de que tratam os **Itens 7.6.3, 7.8.3 e 7.9.4**.
- 8.4. No cancelamento do registro do preço do fornecedor/prestador ou desta ARP por iniciativa da DPE-PR, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, com prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentação de defesa, contados da notificação pessoal ou da publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DED).
- 8.5. A DPE-PR, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente os preços registrados nesta ARP até a decisão final de processo de cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados.
- 8.6. A decisão de cancelamento do registro do preço do fornecedor/prestador ou desta ARP será registrada no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e seu resumo será publicado no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DED).

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. O descumprimento das obrigações assumidas por ocasião do procedimento desta contratação ensejará a aplicação, garantido previamente o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/prestador, das sanções previstas no Termo de Referência e no art. 155 e seguintes

da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentados no âmbito da DPE-PR por meio da Deliberação CSDP nº 043/2023⁵.

10. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Aplicam-se à presente avença, especialmente aos casos omissos, as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Resolução DPG nº 375/2023, na Deliberação CSDP nº 043/2023 e, subsidiariamente, no Decreto Federal nº 11.462/2023.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

11.1. O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de executar o objeto desta ARP até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ARP, em conformidade com o Instrumento Convocatório e/ou o Termo de Referência que rege o processo desta contratação.

11.2. Para dirimir questões oriundas da presente ARP fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura digital⁶.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DO
FORNECEDOR/PRESTADOR]
[RAZÃO SOCIAL DO
FORNECEDOR/PRESTADOR]**

TESTEMUNHAS:

⁵ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

⁶ A data da assinatura será a data em que a Contratante realizou a assinatura digital.



Nome/CPF:

Nome/CPF:

MINUTA



APÊNDICE I

CADASTRO RESERVA

1. Observando-se a ordem de classificação, a seguir consta a relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais aos da adjudicatária:

Classificação	FORNECEDOR/PRESTADOR	CNPJ
1	[RAZÃO SOCIAL OU --- (se não houver CR)]	[nº do CNPJ OU --- (se não houver CR)]
2	[RAZÃO SOCIAL OU --- (se não houver CR)]	[nº do CNPJ OU --- (se não houver CR)]

2. Observando-se a ordem de classificação, a seguir consta a relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Classificação	FORNECEDOR/PRESTADOR	CNPJ
1	[RAZÃO SOCIAL OU --- (se não houver CR)]	[nº do CNPJ OU --- (se não houver CR)]
2	[RAZÃO SOCIAL OU --- (se não houver CR)]	[nº do CNPJ OU --- (se não houver CR)]



ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo nº 24.0.000002778-9

CONTRATO Nº [XXX/XXXX]

(V2. 22/04/2025)

Termo de Contrato que fazem entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]** para **prestação de serviços topográficos.**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388-**, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [XXXXXX], sediada na [Rua, Avenida XXXXX], nº [XXX], bairro [XXXXXX], [Cidade]-[UF], CEP [XXXXXX], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **[NOME COMPLETO]**, CPF nº ***.XXX.XXX-**, conforme **[ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos]**,

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da homologação **do/a [Modalidade de licitação] nº [XXX/XXXX]** (Processo nº [XXXXXX]), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021¹ e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência/Projeto Básico, incluindo os eventuais anexos desses documentos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA,

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **prestação de serviços de engenharia de sondagem de solo (SPT) E/OU ensaio de percolação de solo E/OU levantamento topográfico no(s) terreno(s) indicado(s) pela DPE-PR no Estado do Paraná**, conforme discriminado na tabela a seguir e nas especificações que constam no Termo de Referência desta contratação:

GRUPO [XX] – [inserir a região correspondente]						
Cidade-base: [Cidade-UF - inserir conforme consta na descrição do grupo no TR]						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Nota explicativa: Embora estejam divididos em 7 itens (para fins de quantificação e valores), são 4 os possíveis objetos registrados na ARP e que podem ser contratados separadamente: (i) sondagem (sondagem+laudo+mobilização); (ii) percolação (percolação+mobilização); (iii) levantamento topográfico Faixa A; (iv) levantamento topográfico Faixa B. Nesta tabela, os itens já estão agrupados – MANTER NA TABELA APENAS O(S) AGRUPAMENTO(S) CORRESPONDENTE(S) AOS SERVIÇOS DESTA CONTRATAÇÃO [excluir esta linha após preenchimento]						
[XX]	965	Sondagem de Solo SPT (Standard Penetration Test) – NBR 6484/2020	Metros (m)	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
[XX]		Laudo de Fundação	Unidade	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
[XX]		Mobilização de Sondagem	Quilômetro (km)	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
E/OU [excluir esta linha após preenchimento]						
[XX]	990	Ensaio de Percolação de Solo	Unidade	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
[XX]		Mobilização de Percolação	Quilômetro (km)	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
E/OU [excluir esta linha após preenchimento]						
[XX]	21369	Levantamento topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro – Faixa A	Unidade	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
E/OU [excluir esta linha após preenchimento]						
[XX]	21369	Levantamento topográfico planialtimétrico semicadastral com curva de nível a cada 1,00 metro – Faixa B	Metro quadrado (m²)	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR TOTAL DO GRUPO:						R\$ [XXX]

2.2. **Local de prestação dos serviços:** [inserir endereço completo do terreno em que serão prestados os serviços e, se houver, pontos de referência, forma de acesso etc.]

2.3. A CONTRATADA deverá observar as demais especificações e requisitos do objeto contratual que constam no **Item 1** do Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, contado a partir da data de publicação do extrato deste contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, prorrogável na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, mediante termo aditivo, quando a execução do objeto não for concluída no período previsto na Cláusula 3.1, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA ENTREGA DO OBJETO

4.1. As partes deverão observar as diretrizes referentes ao regime de execução do objeto constantes neste Termo de Contrato, no Termo de Referência desta contratação e **no Instrumento de Medição de Resultados (Anexo I deste Termo de Contrato)**.

4.2. A CONTRATADA deverá observar os prazos de entrega do objeto, **contados a partir do início da vigência deste Termo de Contrato**, a seguir discriminados:

4.2.1. **30 (trinta) dias** para serviços que compreendam até 1 (uma) sondagem e/ou 1 (um) ensaio e/ou 1 (uma) topografia.

4.2.2. **45 (quarenta e cinco) dias** para serviços que compreendam 2 (duas) sondagens e/ou 2 (dois) ensaios e/ou 2 (duas) topografias;

4.2.3. **60 (sessenta) dias** para serviços que compreendam de 3 (três) a 5 (cinco) sondagens e/ou de 3 (três) a 5 (cinco) ensaios e/ou de 3 (três) a 5 (cinco) topografias.

4.3. Os prazos para a execução e respectiva entrega do objeto poderão ser prorrogados, a critério da CONTRATANTE, por igual período ou por período inferior aos prazos previstos na Cláusula 4.2, mediante requisição formal, tempestiva e fundamentada, a qual deve ser enviada por e-mail à CONTRATANTE, **que analisará e decidirá primeiramente sobre a suspensão ou não do prazo inicial e, em seguida, sobre a prorrogação requerida.**

4.3.1. Os prazos previstos na Cláusula 4.2 não serão interrompidos enquanto estiver em análise o pedido de prorrogação de que trata a Cláusula 4.3.

4.4. A CONTRATADA deverá entregar o objeto contratual em meio digital à CONTRATANTE mediante envio de e-mail ao endereço eletrônico: **engenharia@defensoria.pr.def.br**, observando as seguintes diretrizes:

4.4.1. Os laudos técnicos deverão ser entregues em formato digital, em arquivo **.pdf**, assinado digitalmente pelo responsável técnico, de acordo com as regras de certificação digital da ICP-Brasil.

4.4.2. Os arquivos gráficos deverão ser entregues em formato digital, em arquivo **.dwg**.

4.4.3. A entrega do objeto contratual deve ser acompanhada por uma via de cada uma das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente quitadas, relativas a todos os serviços e atividades técnicas que constituem o objeto deste Termo de Contrato.

4.5. Para a execução dos serviços de mobilização de sondagem e de mobilização de percolação, os critérios de aferição da distância percorrida, em quilômetros, para os deslocamentos de ida e volta estão a seguir discriminados:

4.5.1. O ponto de referência a ser considerado para a medição da distância é o seguinte endereço: [XXXXXX – inserir endereço completo da sede ou da central de transportes da CONTRATADA, conforme indicado pelo órgão supridor].

4.5.2. No caso de a CONTRATADA não estar localizada na **região²** do respectivo grupo objeto deste contrato, será considerada, para a medição da distância, a cidade-base indicada na Tabela da Cláusula 2.1, que terá como ponto de referência: (i) a Sede da DPE-PR, quando houver; ou (ii) a Sede da Prefeitura municipal nos casos de ausência de sede da DPE-PR na localidade.

4.5.3. Nos casos em que os serviços devam ser executados em mais de uma localidade, porém consecutivas ou próximas, a CONTRATANTE deverá traçar a melhor rota que entender pertinente, a qual será considerada para a medição da distância.

Nota explicativa: Manter a Cláusula 4.5 apenas nos casos de contratação de serviços de sondagem de solo (SPT) **E/OU** ensaio de percolação de solo. Se o objeto do contrato for apenas de serviços de levantamento topográfico (faixa A ou B), **excluir** esta Cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

² Regiões geográficas definidas conforme Regionalização Administrativa do Estado do Paraná estabelecida pela legislação atualmente vigente – vide Lei Estadual (PR) nº 15.825/2008.



5.1. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem cumpridos pelas partes constam no Termo de Referência desta contratação, observados, ainda, os critérios dispostos no Instrumento de Medição de Resultados (Anexo I deste Termo de Contrato).

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização deste contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou dos serviços prestados, em conformidade com o disposto no Termo de Referência desta contratação, no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023³ e em seu Anexo XII, além do previsto no Instrumento de Medição de Resultados (Anexo I deste Termo de Contrato).

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor/a titular: [XXXXXX]; Gestor/a substituto/a: [XXXXXX]; Fiscal titular: [XXXXXX]; Fiscal substituto/a: [XXXXXX].

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ [XXX] ([por extenso]).

7.2. No valor indicado na Cláusula 7.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Para as despesas decorrentes deste contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: [XXXXXX], Detalhamento: [XXXXXX].

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

³ Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

9.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em favor da CONTRATADA em até **30 (trinta) dias** contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

9.2. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

9.3. A liberação do(s) pagamento(s) à CONTRATADA fica condicionada à apresentação do documento de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

9.3.1. Se a CONTRATANTE constatar erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, ou seja, os dias já decorridos serão restituídos e o prazo se iniciará somente após a regularização da pendência.

9.4. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

9.6. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

9.6.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.I. DO REAJUSTE POR ÍNDICE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

10.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação da variação do **INCC-DI/FGV (Índice Nacional de Custo da Construção)** acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

10.2.1. Os valores resultantes de reajuste terão efetiva aplicação exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.2.2. Os valores resultantes de reajuste terão, sempre, no máximo, quatro casas decimais.

10.3. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 10.1, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**.

10.4. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, a CONTRATANTE observará o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

10.5. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião do reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores.

10.6. O reajuste será concedido pela CONTRATANTE mediante apostilamento preferencialmente em até **90 (noventa) dias** após a constituição do direito.

10.II. DA REVISÃO

10.7. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

10.8. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, bem como da aprovação da autoridade competente, observando-se ainda:

10.8.1. a eventual aplicação de reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores;

10.8.2. o máximo de quatro casas decimais para os valores resultantes.

10.9. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

10.9.1. O requerimento de que trata a Cláusula 10.9, devidamente instruído, deverá ser encaminhado via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

10.9.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso, a referida confirmação à CONTRATANTE.

10.10 A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento do pedido, nos termos da Cláusula 10.9.2.

10.10.1. Se constatada, pela CONTRATADA, a necessidade de complementação da documentação que instrui a solicitação de revisão contratual, o prazo previsto na Cláusula 10.10 será interrompido até o recebimento dos documentos solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É vedada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações especificadas nos documentos vinculados a esta contratação, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir elencadas:

13.1.1. Arcar com o ônus referente ao fornecimento, à manutenção e à reposição de todo o instrumental necessário à execução dos serviços, incluindo, sem prejuízo de outros: equipamentos de proteção coletiva (EPCs); equipamentos de proteção individuais (EPIs);

equipamentos de sinalização; ferramentas e demais equipamentos e materiais necessários; mão de obra especializada que executará os serviços.

13.1.2. Arcar com o ônus referente aos deslocamentos da equipe técnica e dos equipamentos e materiais necessários à realização dos serviços, não cabendo nenhum ônus adicional à CONTRATANTE além dos já previstos na Cláusula 2.1.

13.1.3. Cumprir a legislação e as normas técnicas federais, estaduais e municipais que regem direta e indiretamente o objeto do contrato, entre elas, sem prejuízo de outras: NBR 8036/1983; NBR 6484/2020; NBR 13133/2021; NBR 13969/97; normas elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas); normas regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego; normas que disciplinam a segurança, higiene e medicina do trabalho; normas internacionais específicas consagradas.

13.1.4. Apresentar, se e quando solicitado pela CONTRATANTE, os programas PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

13.1.5. Dispor de um corpo técnico especializado para acompanhar a execução do objeto, assegurando o cumprimento das normas vigentes e a utilização de ferramentas apropriadas, devendo ainda:

13.1.5.1. orientar todos os envolvidos quanto ao cumprimento de todas as exigências das leis e normativas pertinentes à execução do objeto, incluindo aqueles que supervisionarem, trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem justificadamente no local de execução.

13.1.5.2. assegurar que seus colaboradores e demais profissionais envolvidos estejam devidamente identificados (nome completo, função e nome da empresa), bem como apresentar uma relação à CONTRATANTE com o nome de todos os envolvidos na prestação dos serviços quando da realização dos serviços.

13.1.6. Providenciar as devidas licenças exigidas (ambientais ou de construção) para a execução do objeto, quando for o caso.

13.1.7. Executar os serviços contratados de maneira tempestiva, cumprindo os prazos estabelecidos e garantindo o atendimento aos requisitos de qualidade demandados pela CONTRATANTE.

13.1.8. Entregar, ao término da execução dos serviços, o local limpo e dar a destinação correta a todo o resíduo gerado pela execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente federal, estadual e municipal, considerando a localidade em que o serviço for executado, sem ônus para a CONTRATANTE.

13.1.9. Observar o disposto no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) (Anexo I deste Termo de Contrato), de modo a garantir a entrega dos resultados previstos, conforme os critérios de qualidade e prazos estipulados.

13.1.10. Arcar com eventuais ônus de ressarcimento de terceiros se, durante a execução dos serviços, houver qualquer tipo de dano material a bens ou a particulares.

13.1.10.1. Na hipótese de rompimento de dutos de água, linhas de lógica ou de energia elétrica, por exemplo, o conserto deverá ser providenciado em **até 24 (vinte e quatro) horas**.

13.1.11. Responsabilizar-se, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações a que venha dar causa, não sendo a CONTRATANTE responsabilizada por acidentes de trabalho dos colaboradores da CONTRATADA nem por danos a terceiros resultantes de ação, omissão ou negligência da CONTRATADA.

13.1.12. Assumir a responsabilidade integral por quaisquer situações decorrentes de suas próprias ações e decisões durante a execução dos serviços.

13.1.13. Arcar com o ônus de todos os encargos previdenciários e obrigações sociais de seus colaboradores, obrigando-se a regularizar e quitar tais encargos e obrigações nos prazos legais/normativos, de modo a garantir a ausência de vínculo empregatício entre os colaboradores da CONTRATADA e a CONTRATANTE.

13.1.14. Atender, nas condições e nos prazos estabelecidos, às solicitações de esclarecimentos, aos requerimentos e às determinações regulares emitidos pela CONTRATANTE, bem como atender tempestivamente às solicitações de diligências para a regular gestão do contrato, inclusive no caso de eventual reequilíbrio e/ou prorrogação.

13.1.15. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação.

13.1.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.1.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou de eventual garantia prestada, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.1.18. Assumir a responsabilidade integral pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

13.1.19. Assumir a responsabilidade integral por quaisquer demandas trabalhistas, cíveis ou penais relacionadas à execução do objeto, sejam elas originárias, conexas ou contingentes.

13.1.20. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.1.21. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.22. Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no procedimento de contratação.

13.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011⁴, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016⁵ e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024⁶.

13.1.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

⁴ Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

⁵ Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

⁶ Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

13.1.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos constante na proposta apresentada, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los se a previsão inicial da proposta não for satisfatória para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.26. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

13.1.27. Informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente contrato, preposto para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, RG, CPF, telefone e e-mail. No caso de alteração desses dados, deverá a CONTRATADA comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para os devidos registros, sob pena de ser considerado válido qualquer eventual ato dirigido àquela.

13.1.28. Alocar os colaboradores necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência.

13.1.29. Comprometer-se, por meio de seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a vigência contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018⁷ e da Resolução DPG nº 318/2023⁸.

13.1.30. Conduzir a execução do objeto com estrita observância às normas da legislação vigente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.31. Submeter à CONTRATANTE, previamente e por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

⁷ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

⁸ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

13.1.32. Não permitir a utilização de qualquer trabalho executado por menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos, nem permitir a utilização de trabalho executado por menor de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE deve cumprir todas as obrigações especificadas no Termo de Referência e seus anexos, bem como nos demais documentos vinculados a esta contratação, observando, ainda, as obrigações a seguir elencadas:

14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme disciplinado neste instrumento, no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação.

14.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

14.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às expensas da CONTRATADA, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.1.5. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

14.1.6. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

14.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato previstas na lei e nas normativas vigentes.

14.1.8. Notificar, quando for o caso, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.9. Comprometer-se, por meio de seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem

acesso durante a vigência contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018⁹ e da Resolução DPG nº 318/2023¹⁰.

14.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, nem por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. A CONTRATADA, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, na qualidade de operadora de dados, compromete-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiver acesso durante a vigência contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – e demais normas regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

15.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução do presente Contrato para finalidade distinta daquela do objeto e da finalidade deste ajuste, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

15.3. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução presente Contrato, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o compartilhamento das informações com outros órgãos, pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou quando admitida subcontratação.

15.4. A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais compartilhados por força da execução deste Contrato apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e/ou em conformidade com hipóteses legais que autorizam o tratamento.

15.5. A CONTRATADA compromete-se a assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na

⁹ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹⁰ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo, coletando o devido termo de confidencialidade.

15.6. A CONTRATADA compromete-se a, mediante solicitação da CONTRATANTE, franquear o acesso a documentos e registros razoavelmente necessários para verificação das obrigações previstas nesta Cláusula Décima Quinta.

15.7. A CONTRATADA compromete-se a manter e, quando solicitado pela CONTRATANTE, disponibilizar registro de todas as operações de tratamento realizadas em decorrência deste Contrato, de acordo com o art. 37 da Lei nº 13.709/2018.

15.8. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados, garantindo também, quando cabível, a rastreabilidade de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.9. Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, as partes comprometem-se a garantir transparência ativa sobre a realização do tratamento de dados pessoais compartilhados por força deste ajuste, devendo publicar o Contrato em seus sítios eletrônicos e nos portais de transparência.

15.10. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, os requerimentos formulados por titulares, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, serão respondidos pela CONTRATANTE, exceto em caso de autorização expressa conferida à CONTRATADA.

15.11. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, a CONTRATADA, ao receber requerimento de um titular, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, deve:

15.11.1. notificar, por escrito, a CONTRATANTE no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas**;

15.11.2. auxiliar, mediante requerimento da CONTRATANTE, na elaboração da resposta, prestando as informações necessárias para tanto, e na adoção das providências cabíveis.

15.12. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE **imediatamente** quando tiver notícia de qualquer indício de incidente de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, endereçando e-mail ou processo administrativo próprio.

15.13. A comunicação de eventual indício de incidente de segurança à CONTRATANTE deve ser acompanhada de informações suficientes para investigação, mitigação, reparação dos danos e comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), devendo conter, **no mínimo**, as seguintes informações:

- 15.13.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- 15.13.2. as informações sobre os titulares envolvidos;
- 15.13.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- 15.13.4. os riscos relacionados ao incidente;
- 15.13.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
- 15.13.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

15.14. A comunicação de eventual incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares de dados pessoais será realizada pela CONTRATANTE, na condição de entidade controladora.

15.15. A CONTRATADA deverá adotar medidas de investigação, mitigação e reparação dos danos decorrentes de incidentes de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato.

15.16. A CONTRATADA deverá reembolsar à CONTRATANTE os custos incorridos pela CONTRATANTE para resposta, minimização ou reparação de eventuais incidentes de segurança que tenham como causa a violação das obrigações decorrentes deste Contrato ou da Lei nº 13.709/2018.

15.17. Eventual subcontratação, **quando autorizada** pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações pela Subcontratada.

15.18. Em havendo subcontratação, a CONTRATADA celebrará um contrato por escrito com cada Subcontratada para estabelecer obrigações referentes ao tratamento dos dados pessoais que forneçam, ao menos, o mesmo nível de proteção em relação à garantida no presente Contrato, no que couber.

15.19. Em havendo subcontratação, a eventual Subcontratada exercerá a função de Suboperadora, e seus atos e omissões também serão de responsabilidade solidária da CONTRATADA.

15.20. É vedada a transferência internacional dos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE e a prévia demonstração do respeito à legislação de proteção de dados ou privacidade do(s) país(es) aplicável(is).

15.21. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, por escrito, sobre qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo, mas não se limitando à ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato e deverão cooperar com a CONTRATANTE na adoção das providências cabíveis.

15.22. O presente ajuste não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados durante a execução deste Contrato, que permanecerão sendo de propriedade de seu proprietário originário.

15.23. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas ao direito à proteção de dados pessoais.

15.24. Nas hipóteses de extinção contratual, a CONTRATADA se compromete, por qualquer motivo ou por solicitação da CONTRATANTE, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

15.25. No caso de identificação da necessidade de manutenção de dados pessoais, após o término da finalidade ou da extinção do contrato, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito e de modo justificado, a necessidade de manutenção dos dados, indicando:

15.25.1. a base legal que autoriza a manutenção (conforme art. 7º ou art. 11 da Lei nº 13.709/2018);

15.25.2. a finalidade específica para a qual os dados serão mantidos;

15.25.3. o prazo de retenção.

15.26. Após o término do prazo de retenção dos dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a descartá-los de maneira segura, utilizando métodos que impeçam sua recuperação, tais como destruição física ou sobrescrita de mídias digitais, fornecendo à CONTRATANTE, sempre que solicitado, comprovação da eliminação ou anonimização dos dados pessoais, conforme o caso.

15.27. As partes comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando

outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra parte no cumprimento de suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

16.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

16.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 16.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as partes contratantes.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 76 da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023¹¹, bem como nas disposições do Instrumento Convocatório e do Termo de Referência desta contratação, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

17.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18¹² da Deliberação CSDP nº 043/2023.

¹¹ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹² “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

17.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19¹³ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19¹⁴ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5% (meio por cento)** nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato ou ata de registro de preços.

17.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória** calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

17.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

17.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

17.8. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

¹³ “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.”

¹⁴ “Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.”

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do término do prazo de vigência contratual.

18.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137¹⁵ da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.2.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

18.2.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.3. A extinção do contrato poderá ser:

18.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

18.3.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

18.3.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

¹⁵ “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.”

18.4. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

18.5.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.5.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.5.3. indenizações e multas.

18.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

18.7. O contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS COMUNICAÇÕES

19.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário, sem prejuízo do disposto na Cláusula 13.1.27.

19.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para os e-mails: engenharia@defensoria.pr.def.br (Diretoria de Engenharia e Arquitetura) e fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

19.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação



CSDP nº 043/2023¹⁶; da Lei Complementar nº 123/2006¹⁷; da Lei nº 13.709/2018¹⁸; da Deliberação CSDP nº 21/2022¹⁹; da Lei nº 8.078/1990²⁰, bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná; e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura²¹.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA
CONTRATADA]**

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

¹⁶ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹⁷ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

¹⁸ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹⁹ Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

²⁰ Código de Defesa do Consumidor.

²¹ A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.



TESTEMUNHAS:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

MINUTA

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Para garantir o bom desempenho das atividades contratadas e o atendimento dos objetivos estabelecidos para o objeto da contratação, as partes adotarão o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) constante nas tabelas a seguir:

TABELA 1 – GRAUS DE INFRAÇÃO

Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	4
3	Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela fiscalização, por trabalhador;	3
4	Recusar se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço;	2
5	Permitir a execução de serviços sem a utilização de EPIs/EPCs, por trabalhador;	1
6	Entregar ou executar serviços contratados com baixa qualidade ou desconforme com as NBRs, por ocorrência	5
Para os itens a seguir, DEIXAR DE:		
7	Registrar ocorrência ou informar fiscal do contrato de intercorrências na execução dos serviços, por ocorrência	2
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
9	Substituir trabalhador que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por trabalhador e por dia;	1
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
11	Entregar os laudos ou documentos produto da contratação dentro do prazo sem justificativas plausíveis, por dia.	2
12	Apresentar Anotação de Responsabilidade técnica - ART dentro do prazo previsto sem justificativas plausíveis, por dia.	1
13	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida, por ocorrência e por dia	1



14	Manter a documentação de habilitação atualizada, por item e por ocorrência	1
15	Apresentar as Notas Fiscais discriminando preços e quantidades de todos os serviços, por ocorrência	2

TABELA 02 – AFERIÇÃO DO PAGAMENTO FINAL

Grau de infração	Correspondência
Pontos acumulados	% do valor DA NOTA de serviço
Até 5 pontos	Notificação
De 6 a 10 pontos	1,00%
De 11 a 20 pontos	2,50%
De 21 a 30 pontos	5,00%
De 31 a 40 pontos	7,50%
De 41 a 50 pontos	10,00%
Acima de 50 pontos	30,00%